

Fontes orais e arquivos de militantes. Uma reflexão a partir de experiências de pesquisa.

Giulia Strippoli¹

giuliasrippoli@fcsch.unl.pt. Instituto de História Contemporânea -FCSH-UNL

Resumo:

O uso das fontes orais em historiografia tem uma longa história. Com base nos estudos metodológicos sobre fontes orais e organização de arquivos de fontes orais, e na experiência em entrevistas – gravadas, não gravadas, conservadas, não conservadas – com militantes de diferentes áreas políticas, estes ensaios refletem sobre o uso das fontes orais de militantes e problematiza a utilização de internet como possível arquivo de fontes de militantes, no presente e no futuro.

Palavras-chave: Fontes orais. Arquivos. Militantes. Internet.

Abstract:

The use of oral sources in historiography has a long history. Based on methodological studies on oral sources and organization in archives of oral sources and experiences with interviews - recorded, not recorded, preserved, not preserved - with militants from different political areas, the essays reflect on the use of oral sources of militants and problematizes the use of internet as possible archive of sources of militants, in the present and in the future.

Keywords: Oral sources. Archives. Militant. Internet.

O uso das fontes orais e o desafio do arquivo

Num artigo publicado em meados dos anos noventa, Pietro Clemente interpretava a história das especificidades da história oral italiana dos anos cinquenta

¹ **Giulia Strippoli** é investigadora no Instituto de História Contemporânea da Faculdade Nova de Lisboa. Os seus principais interesses de investigação são: os partidos comunistas, a militância de esquerda, os movimentos estudantis, as biografias políticas, a história global do trabalho, os feminismos. Entre as suas publicações: *Il Partito e il movimento. Comunisti europei alla prova del Sessantotto* (2013); *Spettri, feticci e socialismo. La « nuova » sinistra e la Rivoluzione d'Ottobre* (2017) *Portugal: un mouvement étudiant dans un contexte de dictature* (2018).

em diante, na esperança de um encontro concreto entre antropologia e historiografia contemporânea, também limitando o *double bind* conhecimento-transformação social.

O autor apontava como possível direção um uso mais pragmático das fontes, não somente daquelas orais, como de todas as fontes². Referindo-se aos resultados do congresso internacional de Siena de 1993³, Clemente punha em evidência a estaticidade dos temas e a possível falta de crítica na vocação democrática da prática da história oral. O congresso tinha, contudo, deixado a impressão do avanço do nível de reflexão sobre a subjectividade, a centralidade da memória na representação e expressão das mentalidades, a consciência dos vários níveis de manipulação das fontes orais. O autor lembrava o trabalho pioneiro feito por Danilo Dolci, Rocco Scotellaro, Ernesto De Martino, Danilo Montaldi, Franco Cagnetta e Gianni Bosio, entre os anos cinquenta e sessenta, e colocava o começo da “verdadeira” história oral italiana no final dos anos setenta, citando os estudos do Nuto Revelli, o trabalho da revista *Quaderni Storici*, a série *Microstorie* da editora Einaudi, as recolhas de memórias feitas pelos Institutos Históricos da Resistência, a experiência da revista *Fonti Orali* entre 1981 e 1987. Estão incluídas no ensaio de Clemente as referências mais conhecidas a nível internacional, Luisa Passerini, Alessandro Portelli, Franco Ferrarotti, Giovanni Contini. O autor concluía com a indicação dum encontro mais sistematizado entre a investigação académica e as instituições de pesquisa territoriais. A proposta interpretativa de Clemente demonstrava que o trabalho com fontes orais em Itália tinha sido um processo complexo e não linear, destacando as dificuldades da “harmonia interdisciplinar”, e que a questão não estava circumsrita à oposição entre historiadores orais democráticos e marginalizados de um lado, e historiografia política universitária do outro. A história oral, nos anos noventa, era um universo complexo; as fontes orais já tinham sofrido múltiplos usos, julgamentos e processos, além de terem recebido enquadramentos epistemológicos e metodológicos, também não unívocos. Além disso, a leitura de obras publicadas antes mesmo do ensaio de Clemente e produzidas em outras partes do mundo, esclarecem que a história do uso de fontes orais, é, não só em Itália, um conjunto plural, sobre o qual desde o início dos anos sessenta se produziram reflexões críticas de ordem metodológica, também pela necessidade de definir os instrumentos de investigação e distinguir, por exemplo, entre fonte oral, tradição oral, testemunhos⁴.

² Clemente, P., and Montse C. (1995) “Debate Sobre Las Fuentes Orales En Italia.” *Historia y Fuente Oral*, no. 14, pp. 81–93.

³ Siena, 1993, VIII International Oral History Conference: Memory and Multiculturalism, Siena-Lucca, 25-28 Fevereiro.

⁴ Cfr : Vansina, J. *De la tradition orale. Essai de Méthode Historique*, Tervuren: Musée Royal de L’Afrique Centrale ; *Mémoires de la colonisation*, (1989), Aix-en-Provence : Université de Provence. Institut d’Histoire des Pays d’Outre-Mer, 1989

Não é possível fornecer aqui um mapa exaustivo da história oral hoje, contudo é possível sublinhar alguns dos aspectos que concorrem para descrever a impressão da vivacidade da história oral. Assitimos à ampliação dos temas de pesquisa e das subjectividades envolvidas, ou seja, parece-me que a história oral não esteja nem circunscrita a uma geração específica, nem à repetição de temas; uma participação activa dos ambientes académicos (a percentagem de teses de doutoramento, as conferências, os laboratórios); a multiplicação das conferências sobre o tema a nível internacional, tendo em conta que nos últimos anos não só se multiplicaram as conferências interacionais, mas considerando também o fluxo de movimentos de investigadoras e investigadores no estrangeiro, que produziu maiores encontros e contágios. Existem grupos de investigação de história oral⁵ e as associações de história oral mais conhecidas – pelo menos no ambiente académico ocidental – como a Associazione Italiana di Storia Orale⁶; a International Oral History Association⁷, da qual a Aiso é uma secção, a Oral History Society⁸, que impulsionaram as redes de investigadores e investigadoras.

Sobre o assunto ao qual Clemente fazia referência, da possível subtração ao *double bind* conhecimento/transformação social, parece-me que a história oral já não está estritamente conotada nem com a prática voluntária, nem com o objetivo explícito de intervenção política e transformação social. Essa é uma questão que envolve a situação política, económica e social dos últimos vinte e cinco anos, bem como mudanças dentro da academia, assim como no círculos militantes, e que, acredito, continuam a ser um dos aspectos mais fascinantes da pesquisa académica, e não somente académica. Esta introdução serve para esclarecer que a história oral não é – nunca foi – nem em Itália, nem noutros lugares⁹ – uma prática inovadora um dia

⁵ Destaco o projecto sobre o PREC por Luis Trindade e António Louçã que, no começo dos anos dois mil, colectaram um corpus de cerca de 20 entrevistas a ativistas. O critério de produção foi que nenhum dos/das entrevistados/as foi uma figura pública do período. As entrevistas estão neste momento a ser transcritas para virem a ser depositadas no Centro Documentação 25 de Abril. Atualmente, no IHC o grupo "História e Historiografia do PREC" trabalha na ampliação do corpus de entrevistas, para refletir sobre os vários tipos de narrativas históricas sobre a revolução.

⁶ www.aisoitalia.org;

⁷ www.ioha.org

⁸ www.ohs.org

⁹ O ensaio de Luisa Tiago de Oliveira coloca nos anos noventa o momento de viragem da história oral em Portugal e refere as várias práticas conectadas. Cfr : L. Tiago de Oliveira, *A história oral em Portugal*, Sociologia, Problemas e Práticas, n. 63, 2010, pp. 139-156. Em Portugal, o primeiro congresso internacional sobre história oral foi organizado no Porto, em outubro 2006. Cfr : Próspero Colaço de Andrade, M.A. (2008), *Arquivos orais em Portugal – que testemunhos? Uma reflexão sobre arquivos de oralidade em Portugal*. Dissertação de mestrado em ciências documentais, Evora: Universidade de Evora, p. 8. Entre as entidades consideradas como arquivos de memória oral a autora cita o Centro de Documentação 25 de Abril, o Museu da República e Resistência, a Associação José Afonso, a Fundação Mario Soares.

estabelecida e desde então perpetuada, mas sim um longo processo de práticas, encontros, propostas metodológicas também antagônicas. A complexidade da história oral constituiu e continua a ser um desafio para o armazenamento, preservação, uso das fontes orais, porque enquanto a história oral tem usado fontes que se mostraram novas para a perspectiva, por outro lado essas fontes são materialmente diferentes das fontes escritas, reunidas em fundos de arquivo. A questão da organização das fontes orais nos arquivos teve início na década de oitenta, quando a ideia da complexidade do problema já circulava e buscavam-se marcos científico-legais para equipar as fontes orais com a sistematização arquivística¹⁰. O arquivamento das fontes orais tem, portanto, uma história já relativamente longa, à qual estão ligadas questões como o status da fonte, as modalidades organizacionais, a fruição¹¹.

Fontes sem arquivos

Partindo da minha experiência com as entrevistas e leituras sobre a conservação de fontes orais, nas linhas que se seguem, quero refletir sobre três pontos em particular: o uso de um arquivo de história oral; as fontes orais militantes e a sua organização arquivística; a web como possível arquivo de fontes orais militantes. A questão do uso de fontes orais, uma vez que tenham sido produzidas, parece-me central porque envolve uma reflexão sobre a organização nos arquivos e sobre as subjetividades envolvidas. Sobre a vida da fonte sucessiva à produção, acho fulcral a questão: quando escolho uma pessoa para entrevistar, constituo uma coleção, já tenho em mente se e para onde quero armazenar as fontes produzidas? Ter ou não ter em mente onde se quer armazenar a fonte produzida influi sobre o tipo de gravação, e talvez também sobre as perguntas que o historiador/a historiadora faz, sobre o momento em que ele/ela interrompe a gravação, sobre a atitude com que aborda as perguntas aos entrevistados/as. Uma vez depositada a fonte, entramos no campo do armazenamento de arquivo, mas também da fruição da fonte oral. A pessoa que acessa à fonte depositada no arquivo encontra-se frente à relação estabelecida entre o entrevistador /a entrevistadora e o/a entrevistado/a, frente à mistura dessas duas subjetividades. Se, como Alessandro Portelli descreveu em várias ocasiões, a

¹⁰ *Actes du séminaire régional sur le traitement archivistique des traditions orales*. Libreville (Gabon) 11-14 Septembre 1989. Cenaribica Branche Régionale de l'Afrique Centrale du Conseil International des Archives.

¹¹ A primeira obra em língua portuguesa de reflexão sobre a metodologia de história oral, publicada no Brasil na segunda metade dos anos noventa, e composta por uma coleção de textos de autores já reconhecidos e na ocasião traduzidos, insistia nas diferentes perspectivas e dimensões da história oral e dedicava uma secção à relação entre entrevistas e organização do arquivo: Amado, J., De Moraes Ferreira, M., (1996), *Usos e Abusos da história oral*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora.

mudança mais importante da história oral em relação à história tradicional é que o narrador está dentro da narração e torna-se parte da história, quem acessa à fonte oral é como se estivesse a entrar nessa relação entre duas subjetividades, que permitiu ao historiador fazer parte da história¹². As pessoas que acessam as entrevistas – talvez mais no que no caso do estudo de documentos escritos produzidos, por exemplo, por um ministério - porque no caso das entrevistas a relação é de maneira explícita um encontro entre as subjectividades, assistem não somente a um relato, um conto, uma memória, subjectivos sobre um evento do passado, mas assistem à combinação entre estes e a subjectividade do entrevistador. E parece-me ser este um ponto fascinante da constituição e do acesso aos arquivos de fontes orais, onde se alarga o campo das subjectividades envolvidas no processo.

Parece-me também que a possibilidade de usar uma fonte oral liberta a história oral de uma prática, especialmente académica, de transfiguração da fonte oral em texto escrito¹³. Por um lado, depositar uma fonte oral num arquivo é um nível de enquadramento e sistematização segundo regras estabelecidas, que pode subtrair terreno à força da entrevista. Por outro lado, se entendermos esta como um encontro, uma relação entre subjetividades, mais livre das regras da prática organizacional, torná-la disponível tal como foi produzida (em vez de usá-la exclusivamente, embora fielmente, através da narração escrita e usando a citação), pode ser uma maneira de manter a identidade da fonte oral. A questão está intimamente ligada à estrutura e às demandas do mundo académico contemporâneo, que exige dos estudiosos e estudiosas que publiquem em revistas com o maior impact factor possível.

No sistema de avaliação curricular vale mais um artigo científico individual publicado por uma editora importante, em vez da organização coletiva de um evento no qual as fontes orais, em vez de serem mencionadas, são ouvidas e comentadas. É assim porque este último não deixa traços escritos e avaliáveis. Estamos acostumados a avaliar a consistência, inovação e interesse científico de uma pesquisa com base na descrição escrita e, nesse sentido, pode parecer paradoxal que a força de uma entrevista seja devolvida através de transcrições e citações, perdendo - pelo menos em parte - a sua identidade de fonte oral.

O segundo ponto diz respeito às fontes orais de militantes e o meu relatório parte das minhas experiências, que descrevo sucintamente. Quando entrevistei militantes ou ex-militantes - a maioria deles não os entrevistei, conversei com eles - fiquei agradecida pelo tempo que me quiseram dedicar, privilegiada pelas informações que recebi, orgulhosa de ouvir histórias em que a dimensão política misturava-se com

¹² Ver, por exemplo, Portelli, A., *What Makes Oral History Different*, in Perks, R., Thomson, A., *The Oral history reader*, (1998), New York: Routledge, p. 41.

¹³ Id., p. 33: «Oral sources are oral sources».

o nível pessoal, precisamente porque éramos duas pessoas a conversar. As minhas dificuldades diziam respeito à incapacidade de produzir entrevistas que possam fazer parte do campo metodológico da história oral. As razões fundamentais foram o medo da restituição historiográfica e da codificação da relação. Acreditava que o acesso a uma fonte e a relação exclusiva estabelecida entre nós (por ser um encontro entre duas subjetividades em um determinado momento e lugar) pudesse criar uma compartimentação do tema das entrevistas e dos grupos das pessoas escolhidas. Mergulhar num tema de pesquisa requer muitas energias, e fazê-lo com a história oral exige ainda mais, justamente pelo aumento das variáveis, tendo a ver com o humano e com as subjetividades. Apesar das invocações da inter-multi-trans disciplinaridade, dentro da mesma disciplina historiográfica existem subdivisões para tópicos de pesquisa e "especialistas" sobre um determinado tópico. Subestimando a riqueza da história oral, pensei que não gostaria de fazer parte de mais uma compartimentação, ou criar uma nova, como "a pesquisadora que está a fazer as entrevistas aos ex-militantes de Lotta Continua". Depois de alguns anos, posso dizer que as posições críticas teriam precisado de mais fundamento e que, antes de me render a um projeto que me parecia resultar numa identificação ou compartimentação chata, poderia tentar e ver os primeiros resultados.

Tive encontros com militantes ou ex-militantes com um objetivo histórico de pesquisa. Entrevistei uma dúzia de comunistas portugueses, dois militantes italianos que faziam parte do já mencionado grupo Lotta Continua - que vieram para Portugal durante o PREC - quatro militantes e historiadores brasileiros aos quais fiz perguntas sobre a relação entre historiografia e militância. Com os militantes italianos e brasileiros abordei questões específicas, pedi aos portugueses que me contassem as histórias de vida deles. Com um dos comunistas portugueses continuamos as conversas sobre a sua biografia regularmente, para que eu possa terminar um ensaio sobre a sua história de vida que venho escrevendo há dois anos. Gravei as conversas, depois dum acordo prévio, com os dois militantes italianos. Guardo os mp3, mas nunca depusitei num arquivo as fontes produzidas - nem me importei com as possibilidades de fazê-lo. Em todos os outros casos, nunca gravei, fiz anotações no meu caderno, escrevi tudo o que pude escrever (misturando português e italiano), escrevi os relatórios e os enviei para as pessoas com quem conversei, para verificarem o conteúdo. Fiz exatamente o oposto do dar destaque à fonte oral. Embora me lembre exatamente do tom de voz de cada um/uma, do lugar das reuniões, do meu humor naquele momento, desde que comecei a escrever a primeira linha no caderno, tirei valor à fonte oral, subtraí terreno à força do que estava à procura, ou seja uma narrativa subjetiva, que tinha pedido para que fosse oral, enquanto eu transcrevia ao

vivo. Não queria fazer de uma reunião uma prática, formalizar o encontro numa folha metodológica, moldar o campo relacional. Pensando nisso agora, à distância, o mesmo se aplica ao anterior, perdi a oportunidade de re-ouvir e possivelmente depositar a voz viva de uma história subjetiva sobre uma experiência de militância, de ouvi-la em conjunto com outras pessoas, de interpretá-la depois de um tempo. No caso dos militantes ou ex-militantes do PCP, a afirmação "Não vou gravar, vamos apenas conversar" acho que funcionou inconscientemente como garantia de maior acessibilidade, como se temesse que me fosse negado o acesso às histórias deles. Por outro lado, é como se tivesse atribuído aos militantes ou ex-militantes do Partido Comunista uma equação que, embora possa ter fundamentos, uma historiadora não deveria aplicar *a priori*. A equação seria: pessoas com uma história inteiramente dentro do Partido estão disponíveis para falar sobre temas que podem ser definidos como universais e consensuais, como as condições de clandestinidade, resistência, luta, sobre os factos que devolvem a imagem de um partido resistente e sobrevivente da ditadura. Eles então dirão o que eu espero, o que eu já li em outros lugares. O outro termo da equação era: as pessoas que já estão fora do partido falam criticamente e a distância em relação ao partido é descrita como mais ou menos lacerante, misturando a crítica política com as implicações totalitárias, isto é, o investimento total da pessoa removida. As pessoas que tentei abordar no início de uma pesquisa sobre as biografias políticas dos comunistas portugueses - em que a história oral deveria ter sido o método escolhido - eram cautelosas com uma pesquisadora estrangeira, não apresentada por um intermediário, não militante da PCP e não enquadrável pelos interlocutores no espectro da esquerda portuguesa. Quando dirigi por e-mail um pedido ao Partido, pedindo para entrar em contacto com os militantes para o meu projeto de pesquisa, responderam que iam encaminhar o pedido para a seção encarregada das relações com países estrangeiros (suponho que seja pela minha nacionalidade não portuguesa).

Quando o primeiro entrevistado - nenhum dos entrevistados foi um contacto fornecido pelo PCP - me pediu para não gravar a conversa, tomei-o como modelo e usei o seu pedido como uma escapatória paradoxal também para os outros casos: "quero fazer uma pesquisa de história oral, mas eu não gravo, escrevo". No caso das pessoas que ficaram fora do PCP, depois de acessar a primeira, isso me deu acesso às outras. Não sou capaz de identificar a possibilidade de narração num projeto de história oral de vida de diferentes comunistas por género, classe, geração, etc. face à massa de questões que são complexas demais para serem contadas: o PCP é um sujeito político vivo, ao contrário de outros partidos comunistas europeus, cuja história e memória criam contraposições. A história do PCP como partido não-

clandestino é relativamente recente se comparada com o contexto dos partidos comunistas europeus; os arquivos não são livremente acessíveis a todos os estudiosos e estudiosas. O facto de ser um sujeito vivo, o facto de ainda existirem centenas de testemunhas que viveram o período clandestino, que conheceram os "líderes históricos" do partido, que acompanharam a transição de partido de quadros para partido de massas, torna-o mais difícil de interpretar, em certos aspectos. Neste sentido, creio que um arquivo, mesmo pessoal, das fontes orais dos comunistas portugueses teria podido contribuir para chegar a um equilíbrio capaz de elaborar as indicações temáticas na mistura de questões. Há trabalhos de história oral sobre o PCP, como o trabalho antropológico de Paula Godinho sobre a resistência rural do Couço entre o final dos anos cinquenta e o início dos anos sessenta¹⁴ e as histórias de vidas recolhidas por Cristina Nogueira sobre o tempo da clandestinidade¹⁵. No entanto, nenhum destes - não era o propósito das autoras- usam a história oral para estudar de uma perspectiva diferente da história tradicional, cronológica, a história da PCP, que era o meu objetivo quando iniciei o projeto. Olhando para trás hoje, penso que preencher uma grade de perguntas, uma ficha técnica, pedir para gravar conversas (mesmo correndo o risco de receber uma recusa), pensar desde o princípio até a organização de arquivamento (um arquivo também pessoal, não necessariamente público) das fontes registradas, pode constituir esse ponto de equilíbrio para entender este sujeito político, desde que não consideremos as fontes orais como uma alternativa de conveniência em face da impossibilidade de acessar as fichas partidárias.

Em outro caso, gravei um longo testemunho de uma feminista italiana de cerca de quarenta anos, pedindo-lhe que me contasse sobre a relação dela com os movimentos feministas dos anos sessenta e setenta. Dirigi o pedido para uma ativista, historiadora, presidente de um arquivo, amiga. Gravei os contos e relatos dela mais de uma vez, porque ao mesmo tempo filmava o rosto, o corpo dela e em mais de uma ocasião precisei duma repetição. Pedi-lhe para que me contasse a sua história de militância nos movimentos feministas, a experiência política e privada em diferentes círculos feministas em quase vinte anos, em cidades, contextos e diferentes ambientes. Após as primeiras entrevistas, fiz uma transcrição, enviei-lhe um texto que ela leu e modificou, para fazer outra gravação, desta vez sem gravação de vídeo e num ambiente acusticamente melhor. A intenção, quando lhe dei o texto, era ter uma base que pudesse eventualmente ler: eram as palavras dela transcritas exatamente, com a adição das modificações e acrescentos em que ela tinha pensando. No dia da

¹⁴ Godinho, P. (2001) *Memórias da Resistência rural no Sul: Couço (1958-1962)*, Oeiras : Celta Editora.

¹⁵ Nogueira, C. (2011), *Vidas na clandestinidade*, Lisboa: Avante !.

gravação, ela não leu, olhou para as folhas de vez em quando, mas lê-lo era muito antinatural, removia o imediatismo a um discurso que até então tinha sido espontâneo. Mesmo sendo sempre as mesmas duas pessoas no relacionamento, as fontes orais que gravei e guardei são diferentes pela qualidade, inteligibilidade, associação ou não com a imagem, pelo tempo de preparação e pelo meu papel, já que em um caso estava a olhar para ela através da câmara, no outro estava sentada à frente dela e tomava notas (o caderno que sempre aparece!). Não deposei as fontes orais num arquivo, mas do momento que algumas dessas longas conversas foram selecionadas, cortadas, manipuladas e editadas num documentário, pensei que estava finalmente fazendo um exercício não apenas de produção, mas também de arquivamento duma fonte oral sobre o passado. Depois de tantas experiências incompletas ou incongruentes de história oral, senti que o documentário podia assumir a forma de conservar uma entrevista.

Na perspectiva de alguns/algumas estudiosos/as, as fontes orais podem ser consideradas fontes históricas sob a indispensável condição do depósito dos materiais, junto com todas as informações relativas à produção, para que sejam partilhadas e reinterpretadas por outros/as investigadores/as.¹⁶ Neste caso, tenho a gravação, mas não deposei os materiais num arquivo; há depois obviamente o problema da manipulação da fonte, porque os discursos de Elena são cortados e montados sem respeitar a ordem de registo ou a ordem narrativa.

Fontes de militantes on line

As experiências aqui relatadas e a reflexão sobre a relação entre fonte oral, manipulação e imagem levaram-me a considerar as ferramentas disponíveis para aqueles que se interessam pelo estudo e pela prática da história oral e, em particular, à reflexão sobre os arquivos orais de militantes (ou arquivos militantes, mas aqui está outra questão que não discutirei). Como a militância não é sempre a mesma, nem sempre igual em si mesma, acredito que as fontes orais de militantes e o tratamento dessas mereçam um estudo minucioso. Pensei nas fontes orais de militantes que podem ser encontradas on-line e fiz uma pesquisa nos centros de investigação ou instituições cujos portais dão acesso a entrevistas - que, embora nem estejam focadas na militância, também contêm histórias de militantes, como no caso do museu de Palmela <https://www.cm-palmela.pt/pages/1415> o do projecto de história oral da Fundação Getúlio Vargas <https://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral/entrevistas#>.

¹⁶ *Arquivos orais em Portugal – que testemunhos ? Uma reflexão sobre arquivos de oralidade em Portugal*, op. cit., p. 27. A autora, ao falar do reconhecimento internacional desta condição indispensável, refere-se aos trabalhos de Davide Henige.

O diponibilização das entrevistas pela web amplia o espectro de questões relevantes, pois envolve a história da origem, da organização, da manutenção e do uso dos arquivos digitais; se por um lado são como os arquivos tradicionais para o princípio de reunião e conservação, por outro eles transformaram o próprio conceito de arquivo, modificando sua materialidade, localização, fruição, definição em si. Os arquivos digitais agora já têm de uma história estudada e interpretada, especialmente no contexto de cursos universitários em comunicação¹⁷.

Uma página de internet é a primeira imagem que me vem à mente se eu pensar na associação entre oralidade – militantes- arquivo. Além das várias possíveis razões pelas quais isso acontece (a presença massiva da web nas pesquisas, uma ideia de oralidade que, na minha opinião, tem hoje mais afinidade com a web do que com uma sala de aula universitária, a consideração das mudanças ocorridas em contextos militantes e na percepção de tais contextos, pelo menos a partir dos anos oitenta em diante), esta imagem levantou uma série de questões sobre a web como um possível arquivo de fontes orais militantes. Três exemplos recentes vieram-me à mente: o movimento transnacional Ni Una Menos, o movimento Gilets Jaunes, Stop Despejos, um dos coletivos contra os despejos em Portugal. São militantes, postam na web vídeos sobre ações, reivindicações, depoimentos de dias de luta, greves, ação coletiva. A minha impressão é a seguinte: sem precisar recorrer à antropologia ou sociologia dos "militantes", as imagens que vejo e as palavras que ouço facilmente me convencem de que são militantes. Não é o mesmo que os militantes que estudei, mas ainda militantes. Também fico facilmente convencida do poder da imagem e da oralidade, mais do que a palavra escrita, na difusão e no impacto desses movimentos nas redes sociais ao nível internacional. Mas não as considero fontes orais. Primeiro pelo hábito de considerar que a fonte oral diz respeito à memória ou à experiência de um tempo passado, e não à direta desde o presente. E não as considero logo como fontes orais para outros elementos perturbadores, isto é, nestes casos, a oralidade está mais relacionada com à afirmação e à reivindicação no presente e para o futuro do que um conto, uma história; para além de estarem esmagadas no presente, em vez de recordar o passado, as palavras que ouço me parecem mais setoriais, não uma narração ampla, mas uma intervenção sobre questões específicas. Falta mais um elemento, ou seja, aquele narrador que, lembrando novamente Portelli, passa a fazer parte da história. Se acessar uma entrevista oral num arquivo, terei à disposição também os dados relacionados, como os tempos, os lugares, quem conduziu a

¹⁷ Prista Saraiva Serrano, A. (2013), *Sistema de informação e qualidade: a avaliação de arquivos e bibliotecas digitais*, Tese de doutoramento, Porto: Universidade de Porto; António Silva, M., *Arquivos Históricos Multimedia Digitais*, (2001), Mestrado em Comunicação Educacional Multimedia, Lisboa: Universidade Aberta.

entrevista, todos elementos ausentes nos vídeos aos quais me refiro. São somente três (presente vs passado ; intervenção vs narração ; ausência do narrados vs narrador), que me fazem não considerar este género de fontes como fontes orais.

Além disso, acrescento, a web não pode ser um arquivo em si, muito desregulamentado na organização, no acesso, na ausência ou superabundância e sobreposição de informações. Mas, penso contudo na não história, no que teria acontecido se Lotta Continua ou o PCP tivessem disponibilizado via plataformas como YouTube ou Vimeo gravações video ou audio de manifestações, intervenções na rua, testemunhos das lutas em curso. Impossível, a internet não existia. Tento então pensar na pergunta contrária: em poucas décadas as historiadoras e historiadores que queiram estudar os movimentos sociais dos anos dois mil e dez/ dois mil e vinte - por exemplo - além de panfletos, correspondências, documentos policiais, documentos ministeriais, imprensa, etc., terão disponíveis (talvez, porque agora a internet parece ainda ter vida) estas fontes? O tempo irá transformá-los em fontes orais? Provavelmente não, se considerarmos pelo menos os três fatores mencionados acima. E provavelmente a web continuará a não possuir as características necessárias para ser considerada um arquivo digital em si. Em qualquer caso, essas fontes serão usadas como fontes orais ou como fontes não orais, mas serão utilizadas (se não considerarmos cenários apocalípticos como o fim da web, o fim do interesse pelos movimentos sociais, o esquecimento das lutas do passado). Pergunto me então se não vale a pena abrir hoje uma reflexão sobre essa imagem de uma página de internet que conecta a militância, a oralidade, a web como um sistema de armazenamento.

Bibliografia

Actes du séminaire régional sur le traitement archivistique des traditions orales. (1989), Libreville (Gabon) 11-14 Septembre. Cenaribica Branche Régionale de l'Afrique Centrale du Conseil International des Archives.

Amado, J., De Moraes Ferreira, M., (1996), *Usos e Abusos da história oral*, Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas Editora.

António Silva, M., (2001), *Arquivos Históricos Multimedia Digitais*, Mestrado em Comunicação Educacional Multimedia, Lisboa Universidade Aberta, Lisboa 2001.

Clemente, P. (1995) "Debate Sobre Las Fuentes Orales En Italia." *Historia y Fuente Oral*, no. 14, pp. 81–93.

Godinho, P., (2001), *Memórias da Resistência rural no Sul. Couço (1958-1962)* Oeiras : Celta.

Nogueira, C. (2011), *Vidas na clandestinidade*, Lisboa : Avante !.

Portelli, A., *What Makes Oral History Different*, in Perks, R., Thomson, A., *The Oral history reader*, (1998), New York: Routledge, p. 41.

Prista Saraiva Serrano, A. (2013), *Sistema de informação e qualidade : a avaliação de arquivos e bibliotecas digitais*, Tese de doutoramento, Porto : Universidade de Porto.

Próspero Colaço de Andrade, M.A., (2008), *Arquivos orais em Portugal – que testemunhos ? Uma reflexão sobre arquivos de oralidade em Portugal*. Dissertação de mestrado em ciências documentais, Évora : Universidade de Évora.

Mémoires de la colonisation, (1989), Aix-en-Provence : Université de Provence. Institut d'Histoire des Pays d'Outre-Mer, 1989.

Tiago de Oliveira, (2010), L. *A história oral em Portugal*, Sociologia, Problemas e Práticas, n. 63, pp. 139-156.

Vansina, J. (1961), *De la tradition orale. Essai de Méthode Historique*. Tervuren: Musée Royal de L'Afrique Centrale.

Fontes orais e arquivos de militantes. Uma reflexão a partir de experiências de pesquisa: as memórias estudantis em França

Jean- Philippe Legois¹⁸

jplegois@gmail.com

Institut Cité des mémoires étudiantes/Université d'Angers – TEMOS

Para a França, sem refazer toda a história da história oral¹⁹, que poderia ser colocada no começo do Comitê de História da Segunda Guerra Mundial (antepassado do IHTP, Institut d'histoire du temps présent), reunindo testemunhos (escritos) desde a Libertação, vamos sublinhar a importância dos anos 1970. Philippe Joutard analisou este ponto de viragem em "Estas vozes que vêm do passado" (1983), que mais ou menos leva o título do livro fundador de Paul Thomson (1978). É quando Dominique Aron-Schnapper embarca na "grande" pesquisa sobre a história da Previdência Social (1975-80), iniciado pelo Comité d'histoire de la Sécurité sociale criado em 1973²⁰. Além disso, ao lado da história oral praticada por pesquisadores em humanidades e ciências sociais desde a década de 1970, desenvolveu-se, particularmente em França, outra tendência historiográfica que preferiu usar o termo "arquivos orais" para descrever depoimentos orais²¹. E esses "arquivos orais" não são apenas fontes orais "arquivadas" confiadas a um centro de arquivo: "os arquivistas orais", trabalhando para os historiadores do futuro, têm um problema muito menos preciso (...) As entrevistas não são elas próprias uma panaceia: recolhem de forma privilegiada certo tipo de informação, em determinados círculos sociais e em determinadas situações (...) as entrevistas permitem recuperar tudo o que existia sob e para além dos textos "²².

¹⁸ **Jean-Philippe Legois**. Archiviste et historien, responsable d'Archives municipales de 1994 à 2016, Jean-Philippe Legois a dirigé, de 2004 à 2009, à Reims, ce qui a été pérennisé, en région parisienne, sous le nom de Cité des mémoires étudiantes et qu'il continue à co-présider. Parmi d'autres publications, il a publié « Des archives orales pour une histoire sociale de l'enseignement supérieur contemporain en France » dans le n°121 des *Cahiers d'histoire* (avril-juin 2013) et « Les 33 jours qui ébranlèrent la Sorbonne » (Syllepse, 2018). Il mène actuellement une recherche doctorale en archivistique à l'Université d'Angers (TEMOS) sur « les archives orales à l'épreuve de l'histoire des contestations étudiantes des années 1968 ».

¹⁹ Florence Descamps, L'historien, l'archiviste et le magnétophone. De la constitution de la source orale à son exploitation, 2001, réédité en 2005.

²⁰ Dominique Aron-Schnapper, Danièle Hanet, avec Sophie Deswarte, Dominique Pasquier, Histoire orale ou archives orales ?, Paris, Association pour l'étude de l'histoire de la Sécurité sociale, 1980, réédité en 1992.

²¹ Raphaëlle Branche, Florence Descamps, Frédéric Saffroy, Maurice Vaisse, « La parole et le droit. Recommandations pour la collecte, le traitement et l'exploitation des témoignages oraux » in La diffusion numérique des données en SHS, 2018, Presses universitaires de Provence.

²² Dominique Aron-Schnapper, Danièle Hanet, Histoire orale ou archives orales ?, op. cit., p. 14 et 15.

Jean-Philippe Legois começou a colecionar testemunhos orais quando começou a trabalhar sobre a Sorbonne antes de Maio de 1968, em 1992-94: colecionou os testemunhos de ex-ativistas estudantis, mas também de ex-professores, ou mesmo não professores, 11 no total. Esses "arquivos orais" ainda estão em fitas cassetes (magnéticas) e não foram depositados num centro de arquivos, mas, acima de tudo, essas entrevistas foram conduzidas na perspectiva de pesquisa sem seguir o método da história / história de vida. Outros 9 testemunhos foram recolhidos em 2001-2018, como parte da campanha em curso de recolha da Cité des mémoires étudiantes (e sua missão preparatória): lá, todo o testemunho não é apenas o objeto de um depósito num centro de arquivo e segue o método da história de vida, mas é também objecto de uma utilização mais aberta do contrato possível e um resumo executivo detalhado. A relação de confiança é importante: a testemunha dá-nos o seu testemunho para transmitir, para não ficar num armário: é um discurso de "libertação" da palavra (cabe-nos corrigir os possíveis excessos). Não há transcrição completa, porque pensamos em dar acesso ao testemunho: assim estão acessíveis todas as faixas internet áudio com uma breve descrição do conteúdo de cada um e pode-se ouvir a maneira de falar da testemunha. Essa é a fonte oral que queremos valorizar, como tal, foi o que nos levou a desenvolver o portal studens.info, com uma cooperativa de arquivistas.

Continuando a redefinição de "arquivos orais" de Aron-Dominique Schnapper, estes testemunhos foram marcados e classificados, enriquecendo o padrão internacional ISAD-G15 AV (para audiovisual). É uma tentativa de escrever a história com toda a paleta multimídia ainda por desenvolver ...No ano passado, ele pôde experimentar, em termos de valorização e "mediação documental", o que ele chama de "remue-memories": a citação de trechos de depoimentos no seu livro "Os 33 dias que abalaram o Sorbonne" e a animação com a co-presidente da Cité des Mémoires Étudiantes, Ioanna Kasapi, de um programa de rádio (o mesmo na Radio Campus Paris). Aqui também é a experiência de edição e narração de história. No total, a Cité des mémoires étudiantes já reuniu mais de 60 depoimentos: 1/3 referem-se aos anos 1968; 2/3 foram realizados por Jean-Philippe Legois, sozinho ou com 1 ou vários outros colegas "arquivistas orais". Alguns conseguiram concentrar-se em ativistas que participaram em movimentos mais recentes (como aqueles contra as reformas Pécresse, 2007-09), que a Cité também acompanhou / arquivou.

É sempre uma questão de constituição de "arquivos orais" permitindo, ainda que possível, um enquadramento na narrativa histórica, mas não isso: as outras ciências humanas e sociais, mas também jornalistas, documentaristas, até artistas, também podem reutilizar estes "arquivos".

Bibliografia

Florence Descamps, *L'historien, l'archiviste et le magnétophone. De la constitution de la source orale à son exploitation*, 2001, réédité en 2005.

Dominique Aron-Schnapper, Danièle Hanet, avec Sophie Deswarte, Dominique Pasquier, *Histoire orale ou archives orales ?*, Paris, Association pour l'étude de l'histoire de la Sécurité sociale, 1980, réédité en 1992.

Raphaëlle Branche, Florence Descamps, Frédéric Saffroy, Maurice Vaïsse, « La parole et le droit. Recommandations pour la collecte, le traitement et l'exploitation des témoignages oraux » in *La diffusion numérique des données en SHS*, 2018, Presses universitaires de Provence.